

## Orações relativas na língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII: uma descrição da ordem<sup>1</sup>

*Relative clauses in Portuguese language from 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries: a description of the order*

Edivalda Araújo (UFBA)\*

Clézio Gonçalves (UFOP/CNPq)\*

**Resumo:** O trabalho de Ribeiro (1993) traz uma nova perspectiva de análise em relação ao português arcaico ao considerar a possibilidade de uma ordem V2 em línguas românicas, principalmente nos períodos pretéritos. Seguindo, inicialmente, essa proposta, tem-se a pretensão neste trabalho de descrever a ordem das orações relativas em dados da língua portuguesa dos séculos XVII e XVIII, em documentos oficiais – cartas da administração pública, de modo a identificar a posição do verbo e os elementos sintáticos em seu entorno. Outros estudos foram considerados de valioso suporte para a descrição dessa ordem, como o de Galves e Paixão de Sousa (2017) e o de Antonelli (2020). Os dados analisados confirmam uma tendência V1 nas orações relativas, mesmo em construções em que o pronome relativo não é o sujeito. Além disso, observa-se, nesse contexto, uma mudança na preferência da ordem em relação ao sujeito: de anteposto no século XVII para posposto no século XVIII.

**Palavras-chave:** Diacronia. Sintaxe. Oração relativa. Ordem das palavras. Língua Portuguesa.

**Abstract:** Ribeiro's study (1993) brings a new analysis perspective related to the archaic Portuguese by considering the possibility of a V2 order in romance languages, mainly in old periods. Following this proposal, this work intends to describe the relative clause order in Portuguese language data from 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, in official documents – letters from public administration, to identify the verb position and the syntactic elements around it. Other important studies were considered to support the description of this order, as Galves and Paixão de Sousa (2017) and Antonelli (2020). The analyzed data confirm a V1 tendency in relative clauses, even in constructions in which the relative pronoun is not the subject. Besides, it was observed, in this context, a change in the preferred order related to the subject: preverbal on 17<sup>th</sup> and postverbal on 18<sup>th</sup>.

**Keywords:** Diachrony. Syntax. Relative Clause. Word order. Portuguese language.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho resulta de uma pesquisa realizada durante o período de licença capacitação na Universidade Federal de Ouro Preto – Campus de Mariana – no período de 18 de setembro a 17 de dezembro/2022, sob supervisão do Prof. Clézio Roberto Gonçalves.

\* Professora Associada, atuante na área de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia; pesquisadora integrante do grupo de pesquisa Prohpor.

\* Professor Associado, atuante na área de Língua Portuguesa no Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto – Campus de Mariana; líder do Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Sociogeolinguística (GPDS – UFOP); integrante do POSDELET; pesquisador bolsista nível 2 do CNPq; membro da Comissão de Avaliação do IV Simpósio Nacional de Dialectologia e Sociogeolinguística e IV Colóquio Nacional de Dialectologia e Sociogeolinguística, evento do Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Sociogeolinguística (GPDS-UFOP).

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as construções com orações relativas, envolvendo a discussão em torno da ordem interna dos seus constituintes. O material de análise são cartas da administração pública, produzidas em três diferentes períodos da língua portuguesa: segunda metade do século XVII, primeira metade do século XVIII e segunda metade do século XVIII. O presente texto encontra-se assim estruturado: na segunda seção, apresentamos a metodologia do trabalho; na terceira seção, discutimos algumas características das orações relativas; na quarta, identificamos as funções sintáticas dos pronomes relativos nos dados e discorremos sobre a ordem dos constituintes nas orações relativas; na quinta, e última, são feitas as considerações finais.

## 2 METODOLOGIA

Para a seleção dos textos, foram definidos alguns critérios, sendo o principal deles o gênero textual (correspondências oficiais) e semelhança de características dos escritores dos textos (pessoas da administração pública). Além disso, outros critérios foram estabelecidos para a escolha do material de análise: 1º mesmo autor, mas o documento escrito em mês diferente – pelo menos três documentos de cada (se houvesse); 2º autor diferente (a pretensão era a diversidade de autor para alcançar abrangência na produção linguística da época); 3º documentos com autor definido; 4º documentos datados; 5º tamanho do texto: a partir de 10 linhas.

Foi estabelecida uma divisão cronológica relacionada aos séculos em estudo, abrangendo três períodos: segunda metade do século XVII – de 1650 a 1656; primeira metade do século XVIII – de 1700 a 1710; e segunda metade do século XVIII – de 1744 a 1750, de modo a percorrer um caminho diacrônico dessas construções no tempo de 100 anos.

Considerando a periodização da língua proposta por Galves e Paixão de Sousa (2017), os textos pertencem ao período do português clássico<sup>2</sup> (séc. XVII) e português moderno (séc. XVIII)<sup>3</sup>. Diferente da proposta das autoras, entretanto, a identificação do período dos textos aqui parte de sua data de produção, e não da data de nascimento dos autores, até porque não foi possível encontrar informações para todos os autores.

O levantamento da documentação ocorreu na Casa dos Contos, em Ouro Preto, nos seguintes livros:

- Correspondência dos Governadores Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto, do período de 1648 a 1661, volume III da série e I dos Documentos da Bibliotheca Nacional, publicados em 1928;

<sup>2</sup> Encontram-se outras propostas de classificação em Mattos e Silva (2015).

<sup>3</sup> Não estabelecemos a distinção da variedade do português – se europeu ou brasileiro – por dois motivos: 1º. de modo geral, a administração pública do Brasil na época (séc. XVII e XVIII) ficava a cargo dos portugueses; 2º. após averiguação, encontrou-se que os autores aqui em estudo ou são portugueses ou são de família portuguesa, mesmo que nascido em solo brasileiro, como é o caso de Bernardo Ravasco.

- Documentos da Provedoria da Fazenda Real de Santos no período de 1689 a 1744, pertencentes à Collecção N. 445, volume I, do Archivo Nacional, e publicados em 1928;
- Documentos da Provedoria da Fazenda de Santos, que incluem leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reaes; e o Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real, relacionado ao período de 1744 a 1788, pertencente à Collecção N. 445, volume II, do Archivo Nacional, e publicados em 1928.

Os textos foram editados e publicados pela Biblioteca Nacional e pelo Archivo Nacional, em 1928, conforme informações presentes nas referências.

A distribuição dos autores por período e da quantidade de cartas analisadas encontram-se nos quadros a seguir:

**Quadro 1:** Relação dos autores e cartas do 1º período: 1650 a 1656

<b>Autor</b>	<b>Cartas analisadas</b>
Conde de Castel Melhor (João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa) (JRVS)	26/3/1650; 30/4/1650; 9/6/1650; 6/8/1650; 21/4/1651; 5/1/1652; 21/6/1652
Conde de Atouguia (Jerônimo de Ataíde) (JA)	28/2/1654; 25/4/1654; 30/5/1654; 11/8/1654; 14/9/1654; 1/10/1654; 15/11/1654
Bernardo Vieira Ravasco (BVR)	6/12/1654; 12/3/1655; 30/11/1655; 11/7/1656

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores do texto.

**Quadro 2:** Relação dos autores e cartas do 1º período: 1700 a 1710

<b>Autor</b>	<b>Período</b>
Mathias Miranda de Oliveira (MMO)	11/9/1700
El-Rey (Pedro II de Portugal) (P.II)	22/2/1703; 10/1/1704; 12/6/1706; 3/7/1706
Francisco Lamberto (FL)	11/6/1704
Rey (João V de Portugal) (J.V)	21/2/1707; 6/2/1709; 17/9/1709; 6/11/1710
Theodoro de Castro Moraes (TCM)	12/7/1710
Manoel Pegado (MP)	31/7/1710

**Fonte:** quadro elaborado pelos autores do texto.

**Quadro 3:** Relação dos autores e cartas do 3º período: 1744 a 1749

<b>Autor</b>	<b>Período</b>
Antonio de Cobellos Pereira (ACP)	19/4/1744
Caetano Ricardo da Silva (CRS)	24/9/1744; 28/8/1745; 13/10/1747
Theodoro de Abreu Bernardes (TAB)	26/9/1744; 23/11/1744; 26/4/1745; 1/4/1746; 15/7/1748
Luiz Manuel (LM)	4/9/1745
Theodosio de Cobellos Pereira (TCP)	13/4/1746; 5/5/1746
Pedro Alexandrino de Abreu Bernardes (PAB)	14/4/1747
Gomes Freyre de Andrada (GFA)	10/1/1749

**Fonte:** Quadro elaborado pelos autores do texto.

Ao todo, foram 16 autores, sendo três no primeiro período, seis no segundo e sete no terceiro. Todos são procedentes de Portugal: os do primeiro período passaram um tempo no Brasil, mas retornaram a Portugal; no segundo período, alguns moravam no Brasil, como Manoel Pegado, que se estabeleceu em São Paulo, e outros residiam em Lisboa, a exemplo dos reis (D. Pedro II de Portugal e D. João V); os autores do terceiro período moravam em Portugal, com exceção de Gomes Freyre de Andrada, que residia no Rio de Janeiro.

É necessário, contudo, conforme indicação dos avaliadores<sup>4</sup> deste texto, prestar alguns esclarecimentos em relação aos autores<sup>5</sup>: 1º. foi assumido no parágrafo anterior que todos eram procedentes de Portugal. Alguns, no entanto, nasceram no Brasil, especificamente na Bahia, como é o caso de Bernardo Vieira Ravasco, por exemplo. Toda a sua família era portuguesa e ele estudou com portugueses. Desse modo, embora tenha nascido no Brasil, o seu entorno era todo português; daí considerarmos que a sua procedência era portuguesa. Além disso, não havia, nessa época (século XVII), indícios do português brasileiro; 2º. em relação à autoria da escrita dos documentos, convém salientar o fato de que, apesar de trazerem a assinatura de um rei, por exemplo, é provável, e até natural, que ele não os tenha escrito, mas os seus assessores e, por ordem, tenham colocado a assinatura do rei. Como não podemos precisar quem exatamente escreveu os documentos, preferimos manter a indicação do autor constante ao seu final, mesmo que seja o rei; 3º. é digno de nota que a intensificação das levas de portugueses procedentes de regiões diversas pode ter contribuído para a caracterização do português da colônia do período em estudo, mas ainda não se pode defender um português brasileiro na cúpula administrativa; talvez, de forma incipiente, a partir de meados do século XVIII, nos gêneros textuais de caráter mais pessoal, como cartas, diários, etc.; 4º. embora não se tenha conhecimento da data de nascimento de todos os autores (somente de alguns), a data de produção dos textos serve como indicador das características da língua portuguesa do período em que foram produzidos. E isso é um dado que também não se pode desconsiderar nos estudos de história da língua.

No material analisado, foram selecionadas 45 cartas – 18 no primeiro período, 12 no segundo e 15 no terceiro –, seguindo os critérios já dispostos no início da seção.

Para a análise, foi feita leitura manual dos textos, com posterior seleção das orações relativas, identificação e conseqüente levantamento da ordem dos seus constituintes.

Nas seções subsequentes, será apresentada uma discussão sobre as orações relativas e posterior análise do material. Toda a exemplificação será dos textos analisados.

### **3 CARACTERÍSTICAS DAS ORAÇÕES RELATIVAS**

<sup>4</sup> Agradecemos aos avaliadores pelas observações e sugestões de melhoria do texto.

<sup>5</sup> Infelizmente, devido à restrição do tamanho do texto, não nos foi possível ampliar a discussão sobre a proveniência e o nascimento dos autores. Preferimos manter a procedência portuguesa, considerando o entorno de convivência, as relações portuguesas do período e o tipo de material analisado. Além disso, numa rápida verificação na internet, foi constatado que, de fato, a maioria dos autores em análise eram portugueses.

A oração relativa, de modo geral, é definida como uma oração encaixada (ou subordinada) que ocorre interna a um sintagma nominal, introduzida por um pronome relativo, cuja referência deve ser um nome antecedente em alguma posição dentro do SN em uma oração anterior, conforme exemplo em (1):

- (1) “mando dar **doze soldados** dessa fortaleza que na terra firme hão de estar sempre á sua ordem” (Doc\_v1\_p.44\_26/3/1650\_JRVS)

No exemplo, existe um sintagma nominal com uma oração relativa interna a ele: [SN doze soldados dessa fortaleza que na terra firme hão de estar sempre á sua ordem]. Esse sintagma faz parte de uma oração anterior: [*mando dar* [SN]].

Interno ao sintagma nominal, o pronome relativo fica adjacente a um nome que lhe serve como antecedente e com o qual mantém a coindexação da referência. No exemplo em (1), entretanto, observa-se que, apesar de o pronome relativo estar adjacente a *essa fortaleza*, a sua fonte de referência encontra-se em *doze soldados*.

A partir desse exemplo, entende-se, então, que o antecedente (em negrito) de um pronome relativo pode estar em qualquer posição dentro do sintagma nominal e, embora seja uma tendência natural das línguas de o pronome relativo ficar adjacente ao nome ao qual se refere, pode acontecer algum distanciamento entre eles, como ocorre em (1). Convém ressaltar que, nesse caso, existem dois nomes (*soldados* e *fortaleza*) que são candidatos possíveis a referente de um pronome relativo dentro dessa construção, mas a escolha de um ou de outro depende das intenções discursivas de um falante. Em termos mais amplos, o sintagma nominal, então, é o conjunto no qual se insere a oração relativa e o pronome relativo que lhe encabeça se adjunge ao nome com o qual é semanticamente correferente.

### 3.1 A POSIÇÃO DO PRONOME RELATIVO

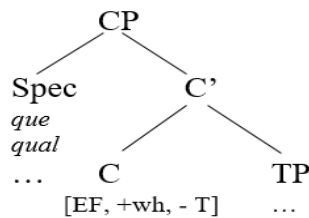
Seguindo a perspectiva da teoria gerativa, Radford (2006) assume que as orações relativas contêm um pronome relativo, um elemento *wh*-, que sofre movimento para a margem esquerda da oração, de modo a ficar adjacente ao nome ao qual se refere, posicionando-se no especificador do núcleo C<sup>6</sup>, na camada do CP<sup>7</sup>.

De acordo com o autor, as orações relativas se assemelham às orações exclamativas porque ambas apresentam movimento *wh*- e são um CP contendo um núcleo C que porta um traço de borda (*edge feature* – EF), mas nenhum traço de tempo. Radford (2006) considera que a evidência de que o C da oração relativa não porta traço de tempo vem da língua inglesa, que, nesse tipo de construção, não faz a típica inversão do verbo quando C contém esse traço. Sob essa perspectiva, a oração relativa teria a seguinte estrutura:

<sup>6</sup> C = complementizador

<sup>7</sup> CP = *Complementizer Phrase*. Sintagma complementizador.

(2)



O pronome relativo, porque porta o EF, é movido de dentro de TP<sup>8</sup> para o especificador (Spec), CP, de onde faz a verificação de traços com o núcleo C. Este núcleo fica vazio por não ser marcado para tempo e, conseqüentemente, não recebe um verbo para fazer essa verificação de traços.

A seqüência a seguir, para a oração *que você comprou*<sup>9</sup>, por exemplo, demonstra os passos da derivação:

1º. inserção (*merge*) do EF em C e, conseqüentemente, o TP passa a ser o complemento de C. É importante observar que, nessa situação, C, apesar de ter o traço EF e o traço +*wh*-, não é marcado para o traço de tempo (-T):

(3) a. [C Ø<sub>EF, wh-, -T</sub>] [TP você [T comprou] [VP [V comprar [DP **que**]]]

2º. para checar o EF, o pronome relativo sofre o movimento para o Spec de CP:

(4) b. [CP<sub>spec</sub> **que** [C Ø<sub>EF, wh-, -T</sub>] [TP você [T comprou] [VP [V comprar [DP **que**]]]]

É necessário salientar que esse movimento se efetiva a partir de qualquer posição interna da oração e se o sintagma nominal (o *wh*-/qu-) estiver preposicionado, a depender da língua, pode ocorrer o *pied-piping*, ou seja, o carregamento da preposição junto com o sintagma para satisfazer a Condição de Encalhe (*Stranding Condition*<sup>10</sup>) – uma condição que impede o abandono da preposição em algumas línguas, conforme exemplo em (5), analisado em (6) :

(5) a pessoa com quem você conversou

<sup>8</sup> TP = *Tense Phrase*. Sintagma de tempo.

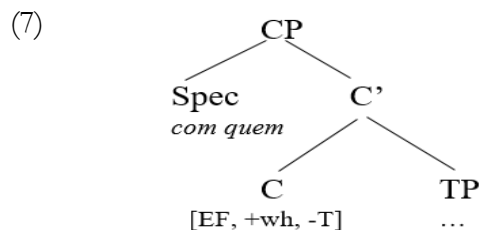
<sup>9</sup> Considerando-se uma provável construção *Levaram o livro que você comprou*.

<sup>10</sup> “The answer suggested by Chomsky (1995, p.264) is that in formal styles of English, there is a **Stranding Constraint** which ‘bars preposition stranding’. This constraint means that (in formal styles) the interrogative pronoun *whom* cannot be preposed on its own, since this would leave the preposition *to* stranded and thus lead to violation of the Stranding Constraint.” (RADFORD, 2006, p.129). Tradução livre: A resposta sugerida por Chomsky (1995, p. 264) é que em estilos formais do inglês, há uma condição que ‘impede o abandono da preposição’. Essa restrição implica que (em estilos formais) o pronome interrogativo *whom* não pode ser pré-posto sozinho, visto que isso deixaria a preposição *to* no abandono e levaria, portanto, à violação da Condição de Encalhe”.



(6) [CP **com quem** [C Ø<sub>EF, wh-, -T</sub>] [TP você [T conversou] [VP [V conversar [PP com quem]]]]

Evidente na estrutura em (7):



Alguns autores, entretanto, como Roberts (2004), Galves e Paixão de Souza (2017) e Antonelli (2020), entre outros, apoiados na cartografia proposta por Rizzi (1997), vão sugerir outras formas de análise. Essa discussão será colocada na seção 4.3, que trata da discussão dos dados.

## 4 A ANÁLISE DOS DADOS

Para procedermos à análise do material selecionado, foram destacadas todas as orações relativas com antecedente expresso – nome ou pronome – ficando de fora, portanto, as orações relativas consideradas livres ou semi-livres (cf. RIBEIRO, 2009).

Após a separação das orações relativas, realizou-se a identificação das funções sintáticas dos pronomes relativos e, em sequência, a descrição da ordem dos seus constituintes, conforme será explorado nas seções a seguir.

### 4.1 A FUNÇÃO SINTÁTICA DOS PRONOMES RELATIVOS

Os pronomes relativos, por serem um sintagma nominal, devem receber uma função sintática na oração. Desse modo, antes de se identificar a ordem dos constituintes internos das orações relativas, foi necessário classificar o pronome relativo de acordo com a sua função sintática, separando as construções em que o pronome recebeu a função de sujeito. Esse procedimento garantiu a avaliação da relação dos outros constituintes em torno do verbo, considerando, inclusive, a posição do sujeito, mas sem envolver o pronome relativo.

Para cumprir esse propósito, apresentamos na Tabela 1 o levantamento das funções sintáticas exercidas pelo pronome relativo nos três períodos sob estudo:

**Tabela 1:** Funções sintáticas dos pronomes relativos nos três períodos

Funções	1º período 1650-1656		2º período 1700-1710		3º período 1744-1749	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%

SU	90	42,4%	31	40,8%	23	29,5%
OD	59	27,8%	21	27,6%	21	26,9%
ADJ ADV	39	18,4%	19	25%	23	29,5%
CO	12	5,7%	3	4%	3	3,8%
ADN	2	1%	1	1,3%	7	9%
OI	6	2,8%	1	1,3%	-	-
CN	3	1,4%	-	-	-	-
PREDICATIVO	1	0,5%	-	-	-	-
AG PAS	-	-	-	-	1	1,3%
<b>Total</b>	<b>213</b>	<b>100%</b>	<b>76</b>	<b>100%</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir da análise dos dados.

Em termos gerais, os dados da Tabela 1 revelam que, guardadas as diferenças entre os três períodos, foram encontrados pronomes relativos envolvidos em nove tipos de funções sintáticas, quais sejam:

- sujeito (SU) – “é só com aqueles **que** amam mais a conveniencia do serviço de Sua Magestade” (Doc\_v.3\_p.261\_12/3/1655\_BVR);
- objeto direto (OD) – “e duzentos mil reis mais dos soldos dobrados que ordenei se lhe dessem do tempo **que** gastou na guerra” (Doc\_v.2\_p.20\_26/4/1745\_TAB);
- adjunto adverbial (ADJ ADV) – “e por firmeza de tudo, mandaram fazer este contracto no livro delles, **em que** todos assignaram com o dito Francisco da Silva Lisboa” (Doc\_v.2\_p.4\_19/4/1744\_ACP);
- complemento oblíquo<sup>11</sup> (CO) – “salvo do rendimento do proprio contracto, **de que** procedera a divida” (Doc\_v.2\_p.25\_4/9/1745\_LM);
- objeto indireto (OI) – “e dalli passarão a este porto, com o que lhe der Gaspar de Souza, **a quem** ordeno o faça assim.” (Doc\_v.1\_p.64\_9/6/1650\_Conde de Castel Melhor\_JRVS);
- complemento nominal (CN) – “terem elles o trabalho **de que** Vm. fica livre.” (Doc\_v.1\_p.9\_5/1/1652\_JRVS);
- adjunto adnominal (ADN) – “que pode servir a Sua Magestade neste presidio, **cujos** Terços se acham hoje atenuados” (Doc\_v.3\_p.233\_15/11/1654\_JA);
- predicativo – “Muita he a satisfação **com que** fico de tudo o que Vm. me escreve” (Doc\_v1\_p.5\_2/4/1651\_JRVS); e
- agente da passiva (AG PAS) – “appareceu Francisco da Silva Lisboa, **pelo qual** foi dito fazia lanço (como effeito fez) no Contracto das Passagens antigas de Santos e São Paulo” (Doc\_v2\_p.3\_19/4/1744\_ACP).

Além disso, a partir desses dados, é possível afirmar que, nos três períodos, mantém-se a preferência pela relativização de três funções sintáticas: sujeito, objeto direto e adjunto adverbial, nessa ordem. Mas, supostamente, parece ter havido, ao longo do tempo, uma aproximação na quantidade de realização de pronome relativo nessas três

<sup>11</sup> Neste texto, optamos por diferenciar os complementos verbais preposicionados – o objeto indireto e o complemento oblíquo –, seguindo proposta de Rocha Lima (2011 [1957]) e Eugênia Duarte (2007). Desse modo, o objeto indireto é o complemento com traço de pessoa e encabeçado pela preposição **a** ou **para**, podendo ser pronominalizado em **lhe**; o complemento oblíquo, por sua vez, não apresenta restrições de traço semântico ou de preposição, mas não pode ser pronominalizado em **lhe**.



funções, como mostram os dados do terceiro período, deixando o sujeito de ser o líder, já que partilha a mesma porcentagem com o adjunto adverbial. Tais mudanças na preferência de relativização podem ter interferência na ordem interna dos constituintes da oração relativa no terceiro período, conforme revelam as análises adiante. Ou ao contrário, a mudança na ordem interna da oração relativa pode ter provocado interferência na preferência de relativização de alguma função sintática.

#### 4.2 AS RELATIVAS E A ORDEM DAS PALAVRAS

Descrever a ordem interna dos constituintes da oração relativa implica, também, avaliar a distribuição dos elementos e consequente interferência na caracterização da língua portuguesa – se apresenta verbo em primeira posição (V1) ou em segunda posição (V2) – a partir da sua relação com os outros elementos da oração. Para testar se havia interferência dos clíticos no posicionamento do verbo, foram separados dois grupos de orações: com clíticos e sem clíticos, conforme informações presentes nas tabelas<sup>12</sup> seguintes.

##### 4.2.1 A ordem interna às orações relativas no período de 1650 a 1656

A identificação da ordem dos elementos internos à oração relativa, envolvendo a posição do verbo e do sujeito, e também de outros constituintes, encontra-se na Tabela 2 – as construções com clítico – e na Tabela 3 – as construções sem clítico.

**Tabela 2**<sup>13</sup>: Posição do verbo nas orações relativas no período de 1650-1656\_com clítico

V1		V2		V3	
QclV(C/A)	QclVS	QScIV(C)	QAclV	QSAclV	Total
12	2	14	3	1	32
14		17			
43,8%		53,1%		3,1%	100%

**Fonte:** Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

**Tabela 3:** Posição do verbo nas orações relativas no período de 1650-1656\_sem clítico

V1		V2		V3	
QV(C/A)	QVS	QSV(C)	Q(A/O)V	QSAVC	Total
42	8	35	4	1	90
50		39			
55,6%		43,3%		1,1%	100%

**Fonte:** Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

<sup>12</sup> Nas tabelas, usamos as seguintes abreviaturas: P: preposição, no caso de a oração ser preposicionada; Q: pronome relativo; V: verbo; cl: clítico; S: sujeito; A: adjunto adverbial; C: complemento verbal; V: verbo.

<sup>13</sup> Nas tabelas, usamos as seguintes abreviaturas: Q: pronome relativo; V: verbo; cl: clítico; S: sujeito; A: adjunto adverbial; C: complemento verbal; V: verbo.

A interpretação das informações presentes nas Tabelas 2 e 3 indica que, no período de 1650 a 1656:

- houve mais produção de construções sem clítico – 90 – do que com clítico – 32 –. Tal fato, entretanto, não implica que as primeiras construções usaram outras estratégias para substituir o clítico. Este não foi usado porque não havia contexto para tal;
- em todas as construções, o pronome clítico está proclítico ao verbo; fato possível de se identificar na ordem V3, em que outras funções estão antepostas ao verbo, mas o clítico permanece adjungido a ele;
- foram identificadas duas construções com V3:

(8) “pelo grande zelo com que [VMs. (s)] [em todas as ocasiões (A)] [servem (v) a Sua Magestade]” (Doc\_v3\_p.206\_7/4/1654\_JA)

- nas construções sem clítico, existe uma predominância da ordem V1, diferente das construções com clítico em que o índice de V2 é um pouco maior que V1. Nas construções V2, existe variação do elemento que precede o verbo – sujeito, adjunto adverbial ou complemento verbal, mas é o sujeito a função que prevalece na posição pré-verbal;
- em ambas as construções, considerando o sujeito nas tabelas, tem-se que o volume do sujeito nulo e do sujeito realizado são iguais: 61/50% para cada um;
- somando-se os casos de sujeito posposto (com clítico e sem clítico), encontram-se dez construções; dessas, três apresentam sujeito oracional e, portanto, contexto esperado para a inversão verbo-sujeito, conforme exemplo a seguir:

(9) “e faça guardar esta ordem nessa fortaleza donde ficará a quem suceder a VM.” (Doc\_v1\_p.45\_26/3/1650\_JRVS)

Nas outras sete orações, o sujeito invertido é simples, mas nos seguintes contextos: duas orações com verbos inacusativos (*cabere* e *vir*); duas com passivas (uma pronominal e outra analítica); e quatro com verbos bitransitivos (*pedir* e *pôr*). Somente os dois primeiros casos são contextos favoráveis à inversão. O exemplo a seguir é do verbo bitransitivo com sujeito invertido:

(10) “e ajudas de custo que pede o capitão-mor” (Doc\_v3\_p.224\_14/9/1654\_JA)

Por outro lado, foram identificadas 51 construções em que o sujeito está anteposto ao verbo, sendo 36 pronomes – de tratamento (31), pessoal (4) e indefinido (1) – e 15 sintagmas nominais lexicais plenos:

(11) “é serviço grande que VMs. fazem a Sua Magestade o continuar na mesma conformidade” (Doc\_v3\_p.204\_28/2/1654\_JA)

(12) “e uma mercê que eu receberei por mui particular” (Doc\_v1\_p.13\_21/6/1652\_JRVS)

(13) “até que haja **ocasião em que todos fiquem livres**” (Doc\_v3\_p.205\_25/4/1654\_JA)

(14) “metter nessa fortaleza a farinha **que as villas dão para a ração quotidiana**” (Doc\_v1\_p.45\_26/3/1650\_JRVS)

Apenas para controle, foi verificada também a posição do verbo nas construções em que o pronome relativo está na posição de sujeito, conforme tabela a seguir.

**Tabela 4:** Posição do verbo com o pronome relativo na função de sujeito – 1º período

V1	V2	Total
64	26	90
71%	29%	100%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Os dados evidenciam a atração entre sujeito e verbo: em 71% das ocorrências, o verbo ficou adjacente ao sujeito, contra 29% do verbo na segunda posição.

Comparando-se os dados das três tabelas, verifica-se uma tendência a V1 nas orações relativas no período de 1650 a 1656, com alguma variação na ordem dos elementos pré-verbais em V2.

#### 4.2.2 A ordem interna às orações relativas no período de 1700 a 1710

Neste item, serão discutidas as informações encontradas nos dados do período de 1700 a 1710, registradas nas Tabela 5 – construções com clítico – e Tabela 6 – construções sem clítico – sobre a ordem dos elementos nas orações relativas analisadas.

**Tabela 5:** Posição do verbo nas orações relativas no período de 1700-1710\_com clítico

V1		V2		
QclV(A/C)	QclVS	QAclV	QAclVS	Total
6	2	3	1	12
8		4		
67%		33%		100%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

**Tabela 6:** Posição do verbo nas orações relativas no período de 1700-1710\_sem clítico

V1		V2		
QV(A/C)	QVS	QAV(C)	QSV(C)	Total
19	6	5	3	33
25		8		
75,8%		24,2%		100%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Comparando-se os dados das Tabelas 5 e 6, é possível compreender que:

- existem mais construções sem clítico do que com clítico. Ressaltamos, no entanto, que não houve emprego do pronome clítico por ausência de contexto;
- tanto nas construções sem clítico quanto nas construções com clítico, a ordem V1 é predominante, mais nestas do que naquelas;
- na ordem V2, foram identificados somente dois elementos antecedendo o verbo: o sujeito (S) e o adjunto adverbial (A), sendo este superior em número: 9 contra 3;
- é possível identificar, nos dados das Tabelas 5 e 6, a ocorrência de 45 sujeitos, sendo 33 nulos (73%) e 12 realizados (27%); destes últimos, foram encontrados nove pospostos ao verbo e três antepostos;
- em relação aos sujeitos pospostos, seis são sintagmas nominais simples, (cf. (15)), sem motivo sintático para a posposição, e três têm ordem prevista após o verbo por estarem em passiva pronominal, (cf. (16)):

- (15) “sobre o pouco rendimento com que se acham para as despesas precisas que faz o dito Senado com as festas reaes concertos de ponte” (Doc. Hist.\_v.1\_p.30\_21/2/1707\_Rey)
- (16) “Remettendo-me certidão pela Provedoria-mor, do preço por que ultimamente se fez a dita arrematação” (Doc. Hist.\_v.1\_p.9\_11/9/1700\_MMO)

Em relação às construções em que o pronome relativo está na função de sujeito, observa-se, na tabela a seguir, a tendência da ordem:

**Tabela 7:** Posição do verbo com o pronome relativo na posição de sujeito – 2º período

V1	V2	
QV(C)	QAV	Total
22	9	31
71%	29%	100%

No segundo período, semelhante ao que acontece no primeiro, a tendência é do verbo na primeira posição, com poucas construções portando V2 e, nestes casos, a predominância é o adjunto adverbial anteceder o verbo.

#### 4.2.3 A ordem interna às orações relativas no período de 1744 a 1748

Nas Tabelas 8 e 9, são apresentados os resultados da análise dos dados respectivos ao período de 1744 a 1748 em relação à ordem dos constituintes e consequente posição do verbo e do sujeito.

**Tabela 8:** Posição do verbo nas orações relativas no período de 1744-1749\_com clítico

V1	V2				V3		Total
	QclV(C)	QclVS	QScIV(C)	QaclVC	QAcIVS	QCACIV	
	6	1	2	1	1	1	12
7	4						
58,3%	33,3%					8,3%	100%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

**Tabela 9:** Posição do verbo nas orações relativas no período de 1744-1749 sem clítico

V1		V2				Total	
	QV(C)	QVS	QSV(C)	Q(A/C)V	QOVS		
	27	10	6	3	1	47	
37						10	
78,7%						21,3%	100%

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Os dados constantes nas Tabelas 8 e 9 revelam que:

- as construções com clítico são em menor quantidade que as construções sem clítico, mas não se observam, nestas, contextos para o uso do clítico;
- em ambas as construções, a ordem V1 supera a ordem V2, inclusive os contextos de ocorrência são os mesmos, com diferença apenas na realização do clítico;
- observa-se, na ordem V2, variação no elemento que se antepõe ao verbo, podendo ser adjunto adverbial, sujeito ou algum complemento verbal (assim como ocorre no período de 1650 a 1656);
- de modo geral, o clítico encontra-se em próclise ao verbo, fato que se observa, principalmente, na ordem V2, em que existe um elemento que antecede o verbo, mas o clítico se mantém junto ao verbo. O único dado que poderia ser considerado contrário à análise, visto que o clítico aparece em ênclise, é justificado por ser um contexto de infinitivo:

(17) “por certidão do official, que fôra a requerel-o pela quantia na mesma precatória mencionada constava que do Rio de Janeiro embarcara para este Reino” (Doc\_v2\_p.25\_4/9/1745\_LM)

- encontra-se a ocorrência de 59 sujeitos, sendo 38 nulos (64,4%) e 21 realizados (35,6%); destes últimos, oito estão antepostos ao verbo e 13 pospostos;
- dos sujeitos pospostos, quatro se encontram em contextos obrigatórios: duas ocorrências de passiva pronominal, exemplo em (79); duas de sujeito oracional, exemplo em (80); e os outros não teriam motivo sintático para a posposição, conforme exemplo em (81):

(18) “nesta corte, e Cidade de Lisboa, nos Paços de Sua Magestade, e Casa onde se faz o Conselho Ultramarino” (Doc\_v2\_p.3\_19/4/1744\_ACP)

(19) “e obrigações do contracto atual de que nasce ignorarem-se algumas condições que necessitam de reforma ou de emenda” (Doc\_v2\_p.12\_24/9/1744\_CRS)

(20) “nessa conformidade me remetterá vossa mercê na primeira ocasião, a referida conta, com a maior exacção, de toda a receita, e despesa que tem essa Provedoria” (Doc\_v2\_p.89\_10/1/1749\_GFA)

- em relação aos antepostos, encontram-se cinco construções com pronomes (4 pessoais e 1 indefinido) e três com sintagma nominal pleno, conforme exemplos:

- (21) “e quando elles os principiou a pedir pelo requerimento a que eu lhe deferi na forma da provisão” (Doc\_v2\_p.66\_13/10/1747\_CRS)
- (22) “e por firmeza de tudo, mandaram fazer este contracto no livro delles, em que todos assignaram com o dito Francisco da Silva Lisboa, de que se lhe deu uma copia assignada” (Doc\_v2\_p.4\_19/4/1744\_ACP)
- (23) “para procederes nesta materia na forma que o dito Executor aponta.” (Doc\_v2\_p.25\_4/9/1745\_LM)

Em relação às construções com o pronome relativo na função de sujeito, foram encontradas as seguintes ordens:

**Tabela 10:** Posição do verbo com o pronome relativo na função de sujeito – 3º período

V1	V2	
QV(C)	QAV	Total
18	5	23
78%	22%	100%

**Fonte:** Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Os dados do terceiro período, expressos na Tabela 10, também confirmam a tendência observada no primeiro e no segundo períodos: existe uma atração entre o sujeito e o verbo, de tal modo que, em construções com o pronome relativo na função de sujeito, registra-se uma manifestação de V1 bem maior do que de V2. A ocorrência destas construções nesse contexto pode estar relacionada à variação na ordem por questões discursivas (tópico, foco, etc.).

#### 4.3 REFLEXÃO SOBRE OS DADOS

Comparando-se os três períodos de análise no presente trabalho, constatamos, através dos dados que, considerando o contexto de uma oração relativa e, portanto, encaixada, encontramos realizações das ordens V1 e V2, mas com preferência para a primeira (com ou sem clítico).

Nos contextos de V2, existe uma flutuação entre o elemento que antecede o verbo – sujeito, adjunto adverbial ou complemento verbal –, mas o sujeito, na segunda metade do século XVII, predomina na anteposição ao verbo.

A partir dos dados das Tabelas 2, 3, 5, 6, 8, e 9, observa-se que a ordem SV, ou o sujeito anteposto, é superior ao posposto no século XVII, mas ocorre o inverso a partir do século XVIII, em que o sujeito posposto supera o anteposto, conforme Tabela 11 a seguir, que resume as ocorrências relacionadas à posição do sujeito:



**Tabela 11:** A posição do sujeito realizado nos séculos XVII e XVIII

Período	S(X)V		VS		Total
	Quant.	%	Quant.	%	
1650 a 1656	51	83,6%	10	16,4%	61
1700 a 1710	3	25%	9	75%	12
1744 a 1749	8	38%	13	62%	21

Fonte: Tabela elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Os estudos de Ribeiro na década de 90 revelaram que o português arcaico apresentava características de uma língua V2, seguindo o consenso dos estudiosos da época que, a partir dos traços de algumas línguas germânicas, modernas e antigas, defendiam que os efeitos V2 são provenientes de duas regras de movimento:

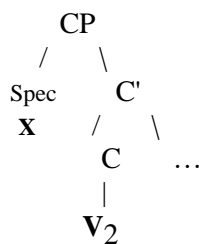
- uma regra move o V flexionado para a segunda posição da sentença; o fronteamento do verbo é obrigatório em todas as sentenças raiz (matriz / independente);
- uma outra regra move um constituinte XMAX qualquer (o NP sujeito ou um elemento do VP) para a primeira posição da sentença. Este movimento é obrigatório em todas as sentenças raiz declarativas.
- as sentenças encaixadas (em estruturas não marcadas) não observam (a) e (b). (RIBEIRO, 1993, p. 903)

Uma língua V2 se manifesta na forma superficial através da posição de elementos antepostos ao verbo, em frase raiz, de modo a mantê-lo sempre na segunda posição. Para a autora, a frequência de construções SVO em algumas línguas pode mascarar a identificação de sua ordem, levando ao equívoco de considerá-la como V2. Desse modo, sugere que seja observada a frequência com que outros elementos sintáticos também estejam em posição pré-verbal, como os adjuntos adverbiais e os complementos verbais, principalmente em línguas de sujeito nulo.

A inversão germânica, de modo geral, ocorre em contextos de frase raiz, e não em subordinadas (ou encaixadas). A ideia é de que, nesse tipo de língua, o verbo se move para o núcleo C e algum outro elemento ocuparia a posição de Spec, C, conforme diagrama em (25) em comparação com (24):

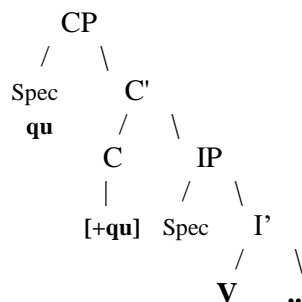
(24)

Oração raiz



(25)

Oração encaixada



Nas orações subordinadas, esse movimento do verbo não seria possível porque o núcleo C não estaria disponível por portar os traços da conjunção. O verbo, então, não poderia ficar na segunda posição. Ribeiro (1993), no entanto, a partir do estudo de outros autores, afirma que línguas como o iídiche, por exemplo, apresentam construções V2 em qualquer contexto – oração matriz ou encaixada.

Em relação ao português arcaico, Ribeiro (2002) discute a ordenação dos constituintes e mostra, a partir da análise de alguns textos, como os *Diálogos de São Gregório*, de 1385, e a *Obra Pedagógica de João de Barros*, de 1540, que é possível encontrar variação em orações subordinadas, sendo as ordens SV(C), XV(C) e V(C) as mais frequentes, conforme quadro a seguir:

**Quadro 5:** ordem dos constituintes nas encaixadas em textos do português arcaico

ORDENS/SENTENÇAS	RELATIVA	ADVERBIAL	COMPLETIVA	TOTAL
SV(C)	83 - 0.165%	56 - 0.210%	36 - 0.268%	175 - 0.193%
XVS(C)	05 - 0.009%	13 - 0.048%	08 - 0.059%	26 - 0.028%
XV(C)	61 - 0.121%	29 - 0.109%	18 - 0.134%	108 - 0.119%
XVXS(C)	----	02 - 0.007%	01 - 0.007%	03 - 0.003%
VS(C)	29 - 0.057%	20 - 0.075%	16 - 0.119%	65 - 0.071%
VC	304 - 0.604%	113 - 0.424%	41 - 0.305%	458 - 0.507%
VXS(C)	01 - 0.001%	08 - 0.030%	03 - 0.022%	12 - 0.013%
SXV(C)	11 - 0.021%	10 - 0.037%	06 - 0.044%	27 - 0.029%
XSV(C)	02 - 0.003%	06 - 0.022%	----	08 - 0.008%
XXVS(C)	----	04 - 0.015%	----	04 - 0.004%
XXV(C)	07 - 0.013%	05 - 0.018%	03 - 0.022%	15 - 0.016%
XXVXS(C)	----	----	02 - 0.014%	02 - 0.002%
TOTAL	503 - 0.557%	266 - 0.294%	134 - 0.148%	903

Fonte: Ribeiro (2002, p. 63)

Concentrando-se apenas na área relacionada às orações relativas, observa-se semelhança com os dados das Tabelas 2 e 3, referentes ao período de 1650 a 1656, visto que revelam a mesma tendência do português arcaico: *i*) variação na ordem dos constituintes pré-verbais; e *ii*) predomínio das construções VC e SV – ao todo 62 e 51, respectivamente, em um universo de 122 construções.

Seguindo a proposta de Galves e Paixão de Sousa (2017), os textos do período de 1650 a 1656 pertencem ao português clássico porque, provavelmente, os escritores devem ter nascido em 1600<sup>14</sup>. Sob essa perspectiva, o português clássico apresenta uma gramática diferente tanto do português arcaico quanto do português moderno. Os dados apresentados nas Tabelas 2 e 3, entretanto, mostram semelhança com o que Ribeiro (2002) encontrou nos dados do português arcaico, inclusive a variação do elemento pré-

<sup>14</sup> “Concerning the periodization of Portuguese, what we refer to here as Classical Portuguese (henceforth CIP) is the language instantiated in texts written by authors born between 1500 and 1700” (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 152). Tradução livre: No que se refere à periodização do Português, o que referimos aqui como Português Clássico (doravante CIP) é a língua exemplificada em textos escritos por autores nascidos entre 1500 e 1700.

verbal, o qual “pode ser realizado por diferentes tipos de constituintes, embora mais frequentemente esses constituintes sejam ou um advérbio ou um PP.” (RIBEIRO, 2002, p. 65).

Essas características não se encontram nas Tabelas 5, 6, 8 e 9, já pertencentes ao português moderno – século XVIII. Verifica-se aí baixíssima frequência de construções SV e também pouca variação na ordem dos constituintes, além de aumento na ocorrência de sujeito nulo, mais do que no século anterior, conforme já especificado nos comentários das tabelas.

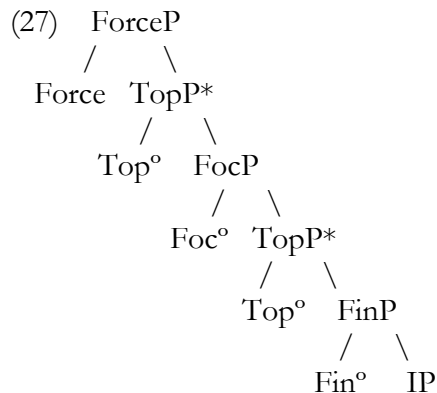
Galves e Paixão de Souza (2017) argumentam, entretanto, que a variação na ordem dos constituintes no português clássico está vinculada ao movimento dos elementos devido a fatores discursivos. A argumentação das autoras toma como base a proposta cartográfica de Rizzi (1997), para quem o movimento para a periferia à esquerda ocorre para a satisfação de requerimentos, no caso do sistema A', de traços relacionados a critérios discursivos, como Wh, Neg, Top, Foc, ...

De acordo com essa proposta, o sistema C expressa pelo menos dois tipos de informação: um para fora – Força – e outro para dentro – Finitude. O primeiro indica o tipo da oração ou a especificação de sua força: se uma interrogativa, uma declarativa, uma exclamativa, etc., sendo por isso mais alto dentro do CP. O segundo relaciona-se ao conteúdo do IP nele encaixado, refletindo as propriedades do sistema verbal da oração, formalizada, por exemplo, pelas regras de concordância entre C e I. O núcleo C conterá uma especificação de tempo, embora rudimentar, que se combina com aquela expressa no sistema flexional mais baixo, o IP.

Rizzi (1997) admite, entretanto, que o sistema tópico-foco, apesar de integrado ao sistema de Força-Finitude, diferencia-se deste porque este é parte essencial do sistema C, devendo estar presente em todas as estruturas oracionais; enquanto aquele só estará presente no sistema C se for “necessário”, isto é, quando um constituinte detém traços de tópico ou foco para ser sancionado por um critério Spec-núcleo. Se o campo do tópico-foco for ativado, ele será inevitavelmente “ensanduichado” entre Força e Finitude, de modo a encontrar os diferentes requerimentos seletivos e apropriadamente se inserir no sistema C, como representado abaixo:

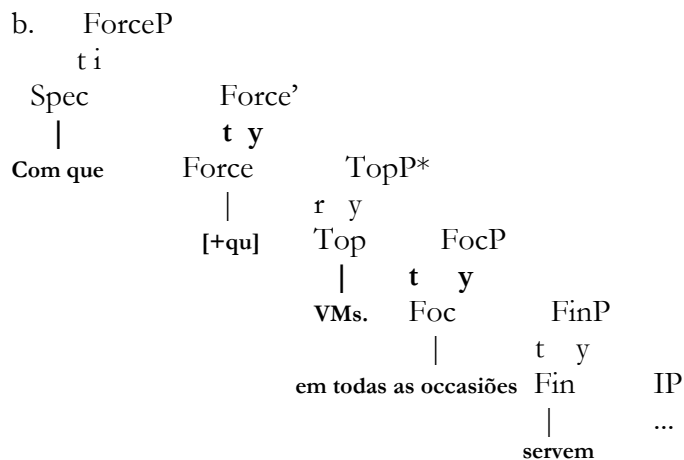
(26) ... Força ... (Tópico) ... (Foco) ... Fin IP

As evidências para a representação de (26) são encontradas, de acordo com Rizzi (1997), no italiano e também em algumas outras línguas românicas nas orações encaixadas com complementadores e nas relativas, visto apresentarem movimento de elementos internamente. Considerando essas construções, o autor propõe a seguinte estrutura para o sistema C, que, por conter posições não obrigatórias entre Force e FinP, pode alcançar a descrição de uma variedade de ordenamentos nas línguas:



De acordo com essa representação, os pronomes relativos ocupam o especificador de Força, uma posição mais alta, que não pode ser precedida por tópicos; mas esses operadores são compatíveis com um constituinte focalizado ou topicalizado em uma ordem fixa, conforme se pode verificar na análise hipotética do exemplo em (28):

(28) a. “com que VMs. em todas as ocasiões servem a Sua Magestade” (Doc. Hist.\_v.3\_p.206\_7/4/1654\_Conde de Atouguia\_JA)



Em (28b), entre o pronome relativo [*com que*] e o verbo [*servem*], duas outras posições foram ativadas: a de tópico, que abrigou o sujeito *VMs.*, e a de foco, que recebeu o adjunto adverbial *em todas as ocasiões*; o verbo ficou em FinP (Finitude) para onde se move após checar os traços de concordância em IP. É sob essa perspectiva que Galves e Paixão de Sousa (2017) defendem os movimentos guiados por fator discursivo para a periferia esquerda no português clássico. A variação na ordem, portanto, estaria subordinada à estrutura da informação dos constituintes – se tópico ou foco. Na ausência de um gatilho desencadeador de movimento, encontra-se a ordem QV, com sujeito nulo,

ou a ordem QVS, com o sujeito *in situ* (provavelmente em Spec, IP), mas o verbo estará sempre no sistema C, em Finitude.

Em relação à análise de uma língua como V2, Galves e Paixão de Sousa (2017, p. e153) esclarecem que existem duas perspectivas: a que trata da ordem linear – com restrições de ocorrência do verbo em outras posições que não a segunda; e a que se funda em propriedades estruturais – com atenção ao movimento do verbo para C e a ausência de uma posição pré-verbal destinada especificamente para o sujeito. É a partir dessa última perspectiva que as autoras guiam as suas análises do português clássico, mas salientam que, nessa língua, é opcional a presença de uma sintagma pré-verbal, sendo esta, inclusive, uma característica que a diferencia de outras línguas V2. As autoras, então, consideram que:

except for this optionality, CIP shares important properties with strict V2 languages, mainly with respect to subjects. One of those properties is the absence of a dedicated position for preverbal subjects in V2 languages: like any other initial phrase, preverbal subjects are in topic position; and as a correlated fact, subjects appear in postverbal position more frequently in V2 than in SVO systems. (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 153).<sup>15</sup>

Analisando a ordem dos constituintes no português clássico, Antonelli (2020) também defende que, nesse período, o verbo se movimenta para o núcleo Fin, ou seja, para a periferia à esquerda, dentro do sistema C, sob a proposta cartográfica de Rizzi (1997). O sujeito, então, só ficaria pré-verbal se houvesse requerimento para o seu deslocamento, o que o levaria para o especificador de FinP. Se o requerimento de um elemento pré-verbal for satisfeito por outros constituintes, o sujeito, então, se mantém em Spec, IP. Para Antonelli (2020, p. 5410),

The analysis proposed here for ClaP predicts that the word order with post-verbal subjects is the standard linear sequence in that language since there would be no pragmatic-discursive requirement requiring the displacement of phrases to the periphery of the sentence. We say this because, if actually the finite verb systematically rises to Fin0, whereas the subject, unless specified with a topic or focus feature (that is, a marked option), is raised up to [Spec, TP], it is plausible to think that the VS order is derived more frequently, since, in sentences in which the subject does not need to rise to TopP or FocP, the verb will be hierarchically above the subject.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Tradução livre: Exceto por essa opcionalidade, o português clássico partilha propriedades importantes com línguas V2 estritas, principalmente com respeito aos sujeitos. Uma dessas propriedades é a ausência de uma posição dedicada à posição para sujeitos pré-verbais em línguas V2: como qualquer outro sintagma inicial, os sujeitos pré-verbais estão na posição de tópico; e como um fato correlato, os sujeitos aparecem em posição pós-verbal mais frequentemente em V2 do que nos sistemas em SVO.

<sup>16</sup> Tradução livre: A análise proposta aqui para ClaP (português clássico) prevê que a ordem de palavras com os sujeitos pós-verbais é a sequência padrão linear nessa língua visto que não haveria requerimentos pragmáticos-discursivos exigindo o deslocamento de sintagmas para a periferia da sentença. Dizemos isso porque, se realmente o verbo finito sistematicamente alça para Fin0, enquanto o sujeito, a menos que seja especificado com um traço de tópico ou foco (isto, uma opção marcada), é alçado para [Spec, TP], é plausível pensar que a ordem VS é derivada mais frequentemente, visto que, em sentenças em que o sujeito não precisa ser alçado para TopP ou FocP, o verbo ficará hierarquicamente acima do sujeito.

Considerando a argumentação de Galves e Paixão de Sousa (2017) e a proposta de Antonelli (2020) em confronto com os dados das Tabelas 2 e 3, entendemos que:

- parte dos dados está de acordo com o que defendem os autores: o fato de o verbo estar na primeira posição no português clássico, em uma oração encaixada, não é indicativo de que a ordem seja V1. Se se considerar que, nesse período, o verbo sofre movimento para o sistema C, mais especificamente FinP, então estará estruturalmente em V2, mas sem ativação de outras posições acima;
- a variação na ordem dos constituintes pré-verbal pode ser uma evidência de que não há uma posição dedicada exclusivamente ao sujeito e a diversidade de elementos pré-verbais pode estar vinculada a fatores discursivos, o que pode levar a uma ordem linear superficial V2 ou V3 no português clássico, conforme exemplo em (28);
- um dado, entretanto, não confirma a perspectiva dos autores: se se considerar a quantidade, a ordem SV é a que predomina nos dados do período de 1650 a 1656, (portanto, século XVII), e não a ordem VS; inclusive, é necessário salientar que esta ordem, nos dados, ocorreu, em sua maioria, em contextos previstos; em contrapartida, de acordo com a Tabela 11, no século XVIII, a ordem VS é superior à ordem SV;
- na segunda metade do século XVII, houve predomínio do sujeito preenchido, com taxa um pouco maior do que o sujeito nulo; diferente do que ocorreu no século XVIII, em que o sujeito nulo tem predominância.

Em suma, ao se compararem os dados do século XVII e do século XVIII, tem-se uma amostra de que houve mudanças na língua portuguesa. Mesmo havendo alguma divergência com os estudos realizados por Galves e Paixão de Sousa (2017) e Antonelli (2020), não se pode negar que a língua do século XVIII começa a exibir outras características. Para Galves e Paixão de Sousa (2017), é neste século que se inicia o período do português moderno, quando a fase V2 vai sendo eliminada e, conseqüentemente, começa a haver uma probabilidade maior de construções SV, o que passa a imprimir à língua portuguesa a sua ordem canônica, historicamente entendida como SVO (cf. RIBEIRO, 2002).

Não obstante a robustez das argumentações, talvez pelo baixo volume de dados do século XVIII, a ordem que se encontra em predomínio é a VS, e não a SV, como se pode ver na Tabela 11. Um fato a ser considerado é que, mesmo depois do século XVII, a língua portuguesa moderna, e principalmente, a europeia, continua usando a ordem para expressar a carga informacional ou questões de ordem discursiva – se tópico ou foco – conforme salienta Costa (2000) em sua análise sobre a posição do sujeito no português europeu.

Vale esclarecer que a proposta de Galves e Paixão de Souza (2017)<sup>17</sup> considera que as mudanças no movimento do verbo na língua portuguesa europeia do século XVII para o século XVIII e a conseqüente perda da característica V2 podem ter sido guiadas por

<sup>17</sup> “Here, we argued that the history of European Portuguese provides us with one more case study illustrating prosody-driven change.” (GALVES; PAIXÃO DE SOUSA, 2017, p. 176).



questões de prosódia. Essa hipótese valiosa, em consonância com outros estudos sobre as línguas românicas, não foi avaliada neste trabalho, devendo ser realizada em trabalhos futuros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados sobre as orações relativas nos períodos destacados – 1650 a 1656, 1700 a 1710 e 1744 a 1748 – mostra as características sintáticas, incluindo as funções sintáticas dos pronomes relativos e a ordem interna dos seus constituintes a partir de estudos já realizados no Brasil sob a perspectiva da Teoria Gerativa. Em termos gerais, poderíamos afirmar que, em se tratando das funções sintáticas, os pronomes relativos desempenham, nos três períodos, todas as funções e, de certo modo, estão em consonância com o português padrão atual.

Em relação à ordem interna dos constituintes, encontramos marcas de mudança na gramática do século XVII para o século XVIII, confirmando a tendência observada nos estudos sobre a diacronia da língua portuguesa. Destoam-se os dados aqui analisados por apresentarem uma predominância da ordem do sujeito diferente do que atestam esses outros estudos. Provavelmente, essa discrepância esteja relacionada ao contexto de ocorrência dos dados: oração matriz (nos outros trabalhos) *versus* oração relativa (neste trabalho). Além disso, necessário se faz considerar que, aqui, os dados foram analisados a partir da data do texto; enquanto nos estudos citados, o ponto de partida foi a data de nascimento dos autores. Essa divergência de ponto de partida pode provocar alterações na característica dos dados.

O fato de haver incongruência em relação à predominância da ordem do sujeito nos estudos realizados sobre a língua portuguesa na diacronia reforça a necessidade de desenvolvimento de mais estudos nessa área para que se possa ampliar a base de dados, com diversidade de gêneros textuais e autores de diferentes épocas de modo a alcançar as características da língua portuguesa nos períodos de sua história.

Este estudo, ao cumprir os objetivos para os quais se propôs, contribui para a discussão da história da língua portuguesa não só em relação à periodização, acrescentando-se aos estudos já existentes, mas também por trazer outros fatos sintáticos que podem ser considerados nessa periodização e caracterização da língua.

Como abertura de pesquisas futuras, existe a possibilidade de análise de materiais exclusivamente produzidos em Portugal no período para que sejam confrontados com os dados aqui analisados de modo a se verificar se os escritos produzidos no Brasil, mesmo com o entorno português, apresentavam alguma diferença com aqueles.

## REFERÊNCIAS

ANTONELLI, André. The partial V2 system of classical Portuguese. In: *Forum Linguistic*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 5398-5415, out./dez. 2020.

ARQUIVO Nacional. *Documentos Históricos*. Provedoria da Fazenda de Santos: I. leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reais; II. Livro da Junta de Arrecadação da Fazenda Real. 1744-1788. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C, 1928. Collecção N. 445. v. II.

ARQUIVO Nacional. *Documentos Históricos*. Provedoria da Fazenda Real de Santos: leis, provisões, alvarás – cartas e ordens reais -. 1689-1744. Rio de Janeiro: Braggio & Reis, 1928. Collecção N. 445. v. I.

BIBLIOTHECA Nacional. *Documentos Históricos*. Correspondência dos Governadores Geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguia, Francisco Barretto. 1648-1661. Rio de Janeiro: Augusto Porto & C, 1928. v. III da série e I dos Documentos da Bibliotheca Nacional.

CHOMSKY, N. The language capacity: architecture and evolution. *Psychon Bull Rev* 24, p. 200–203, 2017. <https://doi.org/10.3758/s13423-016-1078-6>

COSTA, João. Word Order and Discourse-Configurability in European Portuguese. In: COSTA, João (ed.) *Portuguese Syntax: new comparative studies*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 94-115

DUARTE, Maria Eugênia. Termos da Oração. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The change in the position of the verb in the history of Portuguese: subject realization, clitic placement, and prosody. In: *Language*, v. 93, n. 3, p. 152-180, 2017.

KAYNE, Richard. A note on some even more unusual relative clauses, New York University, dez/2015.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. 1ª edição em 1957.

MATOS E SILVA, Rosa Virgínia de. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

RADFORD, Robert. *Minimalist syntax*. 2006. Revisited. Disponível em: <https://www.public.asu.edu/~gelderren/Radford2009.pdf>

RIBEIRO, Ilza. As sentenças relativas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.) *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 185-208.

RIBEIRO, Ilza. Fenômeno V2 no português antigo. In: *Anais do VII Encontro Nacional da Anpoll*, Goiânia: ANPOLL/UFG, p. 903-915, 1993. v. 2

RIBEIRO, Ilza. A Obra Pedagógica de João de Barros: a sintaxe da ordem nas sentenças subordinadas. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo. (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador / Feira de Santana: EDUFBA / UEFS, 2002. p. 61-82.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane. (Org.) *Elements of grammar: handbook of generative syntax*. London: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.

ROBERTS, Ian. The C-System in brythonic celtic languages, V2 and the EPP. In: RIZZI, Luigi. (Org.) *The Structure of CP and IP: the cartography of syntactic structures*. Oxford: Oxford University Press, 2004. v. 2, p. 297-328.